



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Bozano

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2025

Aos 17 dias do mês de novembro de 2025, na Sala do Setor de Licitações, localizada em dependências do Centro Administrativo, sito à Rua Silvio Frederico Ceccato, nº 518, os responsáveis pelo Órgão Gerenciador, nos termos do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto-Executivo municipal nº 617/2016, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2025, para REGISTRO DE PREÇOS, por deliberação do Pregoeiro e Equipe de apoio, homologado em 05 de novembro de 2025 e publicado no Meio de Divulgação Oficial do Município em 05 de novembro de 2025, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas com preços mais vantajosos, por item, observadas as condições do Edital que regeu o Pregão ELETRÔNICO, aquelas enunciadas abaixo e nos itens que se seguem.

Empresas vencedoras:

Itens 20, 21, 43, 51 e 52

AUTOLUK COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA, CNPJ nº 20.063.556/0001-34, com sede na Heitor de Andrade, 865, Casa 01, Cond Paineira Res, Jardim da Américas, na cidade de Curitiba/PR, CEP 81530-310, representado neste ato pela sócia MARGARETE HAMISCH DO AMARAL, CPF nº 596.523.229-20.

Itens 4 e 7

FIRENZE PNEUS LTDA, CNPJ nº 44.722.796/0001-61, com sede na Rua João Colatto, 51, Bairro Primo Tacca, cidade de Xanxere/SC, CEP 89.820-000, representado neste ato pelo empresário EDSON NEVES DE OLIVEIRA, CPF nº 946.928.909-91.

Itens 34, 35 e 36

LUDA PNEUS LTDA, CNPJ nº 20.122.244/0001-54, com sede na Rua Olavo Bilac, 123, Cidade Alta, na cidade de Bento Gonçalves/RS, CEP 95.700-362, representado neste ato pela sócia MARCELA CECOM, CPF nº 984.862.330-20.

Itens 3, 8, 11, 12, 13, 14, 22, 24, 26, 27, 31 e 32

MAGBA E-COMMERCE LTDA, CNPJ nº 55.695.599/0001-17, com sede na Rua Frei Estanislau Schaette, 639, Sala 05 C, Água Verde, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89.037-001, representado neste ato pela empresária DALILA RITA GRAEF, CPF nº 021.393.339-00.

Itens 23, 25 e 33

MARCELO TIECHER ZIMMERMANN EIRELI, CNPJ nº 29.081.832/0001-61, com sede na Rua do Arvoredo, 102, Sala 02, Oriental, na cidade de Três de Maio/RS, CEP 98.910-000, representado neste ato pelo empresário MARCELO TIECHER ZIMMERMANN EIRELI, CPF nº 001.528.060-83.

Itens 1, 2, 5, 6, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 29, 30, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49 e 50

MM PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ nº 54.887.860/0001-18, com sede na Avenida Julio Schwengber, 645, Sala B, Centro, na cidade de São Pedro do Butiá/RS, CEP 97.920-000, representado neste ato pela sócia ELISA FEHLAUER ZARZECKI, CPF nº 441.859.280-68.

Item 28



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Bozano

RS AUTO PEÇAS E TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 29.081.832/0001-61, com sede na Rua Irmão Angelo Mengat, 20, Mario Quintana, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 91.260-460, representado neste ato pelo empresário ANDRIGO NASCENTE DA SILVA, CPF nº 965.736.940-15.

1 – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº **26/2025**, que passa a fazer parte integrante desta.

2 – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

2.1 Nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021 esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio da presente Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

3 – PREÇOS

Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços constam do Demonstrativo de Propostas Vencedoras anexo.

4 – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1 As Ordens de Serviço à empresa com preços registrados serão realizadas por escrito, através de Ordem de Serviço – OS, expedidas pela Secretaria de Obras e Agricultura.

4.2 As As Ordens de Serviço – OS poderão ser entregues pessoalmente, mediante documento escrito no correio físico ou encaminhadas através de correio eletrônico.

4.3 Os serviços cujas execuções vierem a ser contratados deverão ser executados conforme prazos previstos no Termo de Referência.

4.4 Quando for o caso, os serviços serão executados nos dias úteis, nos horários e locais determinados pelo Município.

4.5 Dentro do prazo de vigência contratual, o fornecedor está obrigado a execução do(s) serviço(s) desde que obedecidas as condições da Ordem de Serviço, conforme previsão do Edital da Licitação que precedeu a formalização dessa Ata.

4.6 Verificada a desconformidade dos serviços, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias ou substituí-lo no prazo máximo de 5 dias, sujeitando-se às penalidades previstas no edital;

4.7 A recusa da contratada em atender à substituição levará à aplicação das sanções previstas no Edital.

4.8 O Município promoverá ampla pesquisa do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação do serviço.

5 – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O Registro de Preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Ata ou o Contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;
- c) quando o fornecedor não retirar a OS, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- d) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;
- e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

5.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas “a)” a “e)”, será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Bozano

5.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

6 – PENALIDADES

6.1 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no edital as seguintes sanções:

6.1.1 Advertência;

6.1.2 Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta inteiros por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

6.1.3 Impedimento de licitar e contratar, no âmbito do Município de Bozano, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

6.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os Entes Federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

6.2 As sanções previstas nos subitens 6.1.1, 6.1.3 e 6.1.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista 6.1.2;

6.3 A aplicação de multa de mora não impedirá a conversão em compensatória pela Administração, que também poderá promover a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital;

6.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

6.5 A aplicação das sanções previstas no item 6.1.2 não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração;

6.6 Na aplicação das sanções previstas será facultada a defesa e o contraditório ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

6.7 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

6.8 Serão indeferidas, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

6.9 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei de Licitações e Contratos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

6.10 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

6.10.1 Reparação integral do dano causado à Administração;

6.10.2 Pagamento da multa;

6.10.3 Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

6.10.4 Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

6.10.5 Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo;

6.10.6 A sanção pelas infrações previstas nos subitens 20.1.8 e 20.1.12 do edital de origem, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

6.11 Nenhuma penalidade será aplicada sem a competente instrução prévia de Processo Administrativo Especial – PAE, em que seja ao licitante assegurado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Bozano

7 – FISCALIZAÇÃO

7.1 Cabe ao Município proceder a fiscalização rotineira dos serviços executados, quanto à quantidade, ao atendimento de todas as especificações.

7.2 As irregularidades constatadas deverão ser comunicadas no prazo máximo de 48 horas, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

8 – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

8.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos serviços no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

8.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

8.3 Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao Município, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

9 – FORO

9.1 Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Ijuí/RS.

Certos e ajustados, firmam a presente Ata em 03 vias de igual teor e forma, ficando desde já autorizadas cópias para o Órgão Gerenciador, para a empresa registrada, para extrato para publicação na Imprensa Oficial; e para o Órgão Participante, que vai assinada e ratificada na presença de 02 (duas) testemunhas, responsabilizando-se as partes por todos os termos, para que deles decorram os esperados efeitos jurídicos.

Bozano, RS, 17 de novembro de 2025.

Município

AUTOLUK COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA

FIRENZE PNEUS LTDA

LUDA PNEUS LTDA

AUTOLUK COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS E PEÇAS LTDA



Estado do Rio Grande do Sul

Município de Bozano

MAGBA E-COMMERCE LTDA

MARCELO TIECHER ZIMMERMANN EIRELI

MM PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA

RS AUTO PEÇAS E TRANSPORTES LTDA

Testemunhas

1 _____

2 _____